



RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP- CONLUTAS.

Representantes: Hélio Cabral e José Nunes

Forma e data da escolha d@s representantes: Assembleia Geral, realizada no dia 27 de junho de 2013.

Denominação do evento: Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas.

Organização do evento: CSP-Conlutas.

Período de realização: 05, 06 e 07 de julho de 2013.

Localidade do evento: São Paulo – Hotel San Raphael.

Conjuntura e Discussão:

A reunião iniciou na manhã de sexta, 05 de julho, com os informes das diferentes entidades e movimentos sociais/populares presentes e seguiu durante todo o dia com as análises da conjuntura e a preparação para as mobilizações previstas para o dia 11 de julho de 2013. .

No sábado o dia de trabalho iniciou com uma discussão sobre Plano Nacional de Educação, com apresentação realizada por Marinalva Oliveira, Presidente do ANDES-SN. Na apresentação destaque para a retomada das propostas do “PNE da sociedade brasileira” que diverge em muitos pontos com o PNE que tramita nas esferas do governo. Dentre os pontos destacamos: A exigência de 10% do PIB para educação PÚBLICA já! Não às Parcerias Público-Privado para garantia da educação nos diferentes níveis e garantia de expansão com qualidade da educação superior no Brasil. A mesa destacou ainda a máscara que vem sendo utilizada, com o discurso de destinar recursos dos royalties do petróleo para educação. Esse discurso é uma farsa, pois o investimento real na educação seria irrisório comparado com os 10% do PIB, que a sociedade reivindica.



Neste contexto a CSP-Conlutas discutiu e aprovou a realização de um Encontro Nacional sobre Educação, da Central para acontecer em 2014 e pensou-se as estratégias para organização do dia 11 de julho como Dia de paralisações, mobilizações e greve por todo país.

Uma outra mesa tratou da Comissão da Verdade da CSP-Conlutas e da importância das diferentes entidades colaborarem nesse esforço. Como preâmbulo da discussão foi apresentado um vídeo sobre a vida de Olavo Hanssen, militante político morto pela ditadura militar em 1970 (fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=vGUN9sNZUnA>). O debate resgata o caráter dos crimes da ditadura militar e destaca o papel das comissões da verdade para a pressão visando a punição dos responsáveis por tais crimes e a reparação das famílias dos desaparecidos políticos. Destaca ainda a importância da memória para a luta da classe trabalhadora, o que faz com que a comissão da verdade já seja uma realidade em muitos sindicatos, sendo fundamental a sua criação naqueles que inexistem.

Ainda na tarde de sábado, 06 de junho, aconteceram as reuniões dos setoriais da Central. Reuniram-se o setorial LGBT, Mulheres, Educação, Serviço Público, Saúde e Segurança do Trabalhador e, Negras e Negros.

No domingo, 07 de julho, as/as delegadas/as apreciaram as deliberações gerais e setoriais e um conjunto de moções, que sintetizamos em seguida:

- **Resolução de conjuntura, atividades e plano de ação:**

Fortalecer o “Dia Nacional de Greves, Paralisações e Manifestações” – 11/07 – como um primeiro passo na luta contra o modelo econômico vigente no país e os governos que o aplicam.

A força das mobilizações colocou o Brasil em uma nova situação política

1- Tivemos um mês de junho marcado por mobilizações populares multitudinárias que abriram uma nova situação política no país. De 6 a 12 de



junho, mobilizações da juventude, na luta contra o aumento das tarifas, cresceram progressivamente em São Paulo até que, no dia 13, uma violenta repressão policial indignou o país e preparou as bases da massificação do movimento. A CSP Conlutas esteve presente nessas mobilizações desde o início.

2- A partir da gota d'água que foi a luta do transporte, desagua-se um mar de demandas que abrangeu o conjunto das insatisfações acumuladas nos diversos setores da juventude e da população. Para além das questões econômicas propriamente ditas também a violência machista contra as mulheres, a violência policial que provoca o genocídio negro nas periferias e a violência que assassina a população LGBT é parte das indignações que levam esses setores para as mobilizações.

3- Nos dias que se seguiram, mais de dois milhões de pessoas foram às ruas, em passeatas, superando as mobilizações do Fora Collor. Os governos e o Congresso tiveram de mudar de política, abandonando seu eixo repressivo, tentando canalizar a polarização para o terreno institucional (primeiro com a proposta de Constituinte exclusiva e depois com o plebiscito da reforma política) e, de imediato, passou a suspender e reduzir os aumentos das tarifas.

4- Este processo segue e deve se aprofundar no próximo período, apesar da diminuição do número de participantes nas manifestações. Estamos vivendo já uma generalização dos protestos e eles devem mudar a qualidade das lutas cotidianas dos trabalhadores e da juventude. Nada será como antes: é importante que tenhamos atenção a isso na organização das campanhas salariais do segundo semestre. Trata-se de um processo tremendamente progressivo, de mobilização de massas, em torno a uma imensa gama de problemas que geram insatisfação generalizada nas massas, e que cobram dos governos solução para estes problemas.

5- Junto à ação das massas se expressou um profundo desgaste das instituições, dos políticos, de maneira generalizada, até das organizações do movimento de massas e da democracia burguesa como um todo. Isso se manifesta com força na queda de popularidade dos governos municipais, estaduais e com muita força do governo federal.



6- No marco dessas mobilizações, a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Marco Feliciano aprovou um projeto que propõe "curar" a homossexualidade (PDC 234/11), um verdadeiro ataque aos LGBT's. Com isso, cresceu a indignação com a presença de um político notoriamente racista, machista e homofóbico na presidência da Comissão de Direitos Humanos. A luta contra o machismo, racismo e homofobia é uma luta estratégica da nossa classe e não se encerra com a saída de Feliciano da Comissão, mas hoje, ele tornou-se um símbolo do atraso e da legitimação institucional da opressão, por isso, é tarefa da classe trabalhadora exigir a saída imediata de Feliciano dessa Comissão.

7- Há sim contradições importantes no processo. Mas, dentre elas não está o chamado sentimento antipartido dos manifestantes. Trata-se de um sentimento perfeitamente compreensível nas massas, que só conhecem dos partidos e políticos a bandalheira generalizada que se vê na televisão todo dia. É preciso que tenhamos paciência para que avance a compreensão dos trabalhadores e eles enxerguem a diferença entre as organizações políticas que estão do seu lado e as tradicionais. Tampouco os grupos de ultra direita que aí atuam, pois são sempre um fenômeno presente em processos de polarização da luta de classes, mas são irrelevantes na realidade política do país.

8- Não há nenhuma possibilidade de a direita dirigir este processo para dar um golpe contra o governo. Em primeiro lugar porque boa parte da direita está dentro do governo. Além disso, os setores mais importantes da burguesia brasileira apoiam o modelo econômico aplicado pelo governo que aí está, nunca ganharam tanto dinheiro como estão ganhando com os governos do PT. Os militares, por outro lado, estão absolutamente controlados pelo governo civil, e as únicas movimentações militares que aconteceram foi para reprimir manifestantes. Quem patrocinaria então um golpe?



O cenário internacional e da economia

9- Os recentes acontecimentos da luta de classes em nosso país colocam o Brasil em sintonia com os processos de luta que ocorrem internacionalmente, inclusive com suas características de radicalidade e massividade da participação da juventude. Com certeza isso incide na consciência e influencia as lutas aqui. Por outro lado, as contradições da economia em nível mundial interferem também no país. A desaceleração moderada na China, a recessão na Europa, e a pequena recuperação da economia americana (que acaba por atrair investimentos que antes poderiam vir para a nossa região), traz reflexos ao Brasil.

10- Há um acúmulo de elementos que apontam uma deterioração da situação econômica no Brasil. A manutenção de um quadro de desaceleração que assistimos nos últimos anos, soma-se agora um crescimento da inflação (que corrói o poder de compra dos salários), alta do dólar, saída de capital acima do normal e quebra de grandes empresas, como a do grupo do Eike Batista.

Uma nova correlação de forças se estabelece

11- Este conjunto de fatores gera uma mudança no quadro político e estabelece uma relação de forças na sociedade distinta da que tínhamos antes. A principal expressão disso é que as massas assumiram a ideia de que “é preciso lutar e é possível vencer”. As lutas se multiplicam após as grandes manifestações. Todas as fontes de insatisfação, por menores e mais localizadas que sejam, deixam de ser apenas uma fonte de insatisfação, e passam a ser um móvel de luta. Lutas com métodos bastante radicalizados. As massas foram à ofensiva e colocaram na defensiva o governo e o Congresso Nacional.

12- O primeiro resultado disso foi a derrota, imposta pelas mobilizações, da política de repressão pura e simples, que os governos adotaram inicialmente frente às mobilizações. Mas se estendeu depois, com várias vitórias que o movimento tem arrancado. Destaca-se aí a redução do preço das passagens



que já atingem quase 30% da população brasileira (população das cidades onde foi reduzido o valor da tarifa).

13- O governo federal e o Congresso Nacional foram levados a adotar também várias medidas que implicam em concessões – ainda que muito parciais e limitadas – tais como: aumento das verbas para educação e saúde, o fim da PEC 37, a retirada de urgência da PL 092 (fundações de caráter privado), adiamento das discussões sobre o projeto das terceirizações (4330), arquivamento do projeto “cura gay” e ainda anúncios de que o Congresso debaterá o passe livre nacional. Ao mesmo tempo, Dilma, pra “tentar dialogar com as ruas” lançou a tal proposta de plebiscito, que está naufragando a cada dia.

A entrada da classe trabalhadora em cena

14- Esta era a contradição real mais importante do processo até agora, a ausência da classe trabalhadora organizada, com suas reivindicações e seus métodos de luta à frente do processo de mobilização, para dar a ele um sentido classista e força que permitisse chegar a uma mudança de fundo do país. Por esta razão a CSP-Conlutas, que esteve no processo desde o início, direcionou suas forças para tentar superar esta contradição.

15- Como parte desse esforço, nós da CSP-Conlutas e as organizações do Espaço de Unidade de Ação, conseguimos realizar importantes mobilizações, em 26, 27 e 28 de junho ordenado por um dia de lutas nacional, com paralisações e manifestações. Os resultados foram desiguais de região para região, mas uma importante iniciativa, que teve como objetivo começar a colocar os trabalhadores no centro da mobilização. Conseguimos isso parcialmente, como as paralisações de peso em Belém, Fortaleza, Aracaju e algumas outras cidades. Em outras, conseguimos atrasos na entrada das fábricas (como em São José dos Campos). Em algumas cidades tivemos manifestações grandes, como no Rio de Janeiro (combinado com paralisações de alguns outros sindicatos). Em Minas, aconteceu, com a nossa participação, um gigantesco ato de massas de BH (cem mil pessoas), no dia 26, dezenas de milhares em Fortaleza, Salvador e o ato do Rio de Janeiro. Um dos centros políticos dos protestos que promovemos foi justamente fazer um contraponto



entre os recursos destinados para a Copa, por um lado, e o caos e descaso com investimentos na saúde, educação, moradia e transporte, por outro.

16- Frente a esse cenário nosso desafio imediato deve ser a construção de um grande 11 de julho, dia nacional de greves, paralisações e mobilizações, paralisando o máximo de categorias, fazendo fortes atos e politizando as manifestações contra os governos de plantão, especialmente o governo Dilma. Também é necessário encarar e agitar esse dia, não como um fim em si mesmo, mas como um primeiro grande passo de grandes lutas nesse período e, nesse processo, intensificar o chamado a construção de uma greve geral em nosso país.

17- Por outro lado, tão importante quanto trabalharmos por uma greve, a maior possível no dia 11, é necessário cuidarmos da delimitação política com as demais centrais que convocam conosco este dia de lutas. Algumas destas centrais, CUT à frente, e movimentos como o MST e UNE apoiam o governo. Essas organizações foram obrigadas, pela situação, a somar-se ao chamado ao protesto do dia 11. Elas vão tratar de desviá-lo de todas as formas, para preservar o governo que defendem. A forma que a ação destes setores está tomando neste momento é tentar transformar a mobilização em defesa das reivindicações dos trabalhadores, em mobilização em defesa da reforma política, do plebiscito e contra os meios de comunicação. Desta forma tirariam o governo do foco.

18- Assim é muito importante que atuemos com clareza, com os nossos materiais, com a maior visibilidade possível para a nossa Central e sua visão do processo (está sendo enviado a todas as entidades uma proposta de boletim que trata de assegurar este conteúdo). Esta disputa começa agora, na preparação do dia 11, mas vai se intensificar depois, no debate acerca da continuidade da luta.

Construir no dia 11 de julho um forte dia de greves e paralisações em todo o país, como primeiro passo de uma jornada que precisa continuar e se aprofundar.

19- É muito positivo que estejamos frente à possibilidade de realização de um grande dia de protestos neste dia 11. Vai implicar em uma integração dos



setores mais importantes da classe trabalhadora no processo de mobilização, o que pode dar a ele uma nova perspectiva. A nossa **primeira tarefa é, portanto, garantir a greve ou paralisação em todos os setores onde atuamos**. Quanto mais geral for a greve, melhores serão as condições para avançar a luta depois. Quanto mais forte for a nossa participação aí, mais autoridade política teremos na disputa que se abrirá depois. As reivindicações unitárias, definidas pelas centrais sindicais, são as seguintes:

- Reduzir o preço e melhorar a qualidade dos transportes coletivos;
- Mais investimentos na saúde e educação pública;
- Fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias;
- Redução da jornada de trabalho;
- Fim dos leilões das reservas de petróleo;
- Contra o PL 4330, da terceirização;
- Reforma Agrária.

19 – Estas bandeiras são muito importantes, mas obviamente não esgotam os problemas que precisamos enfrentar nessa luta. A solução para as mazelas que as mobilizações denunciaram nas ruas não cabem dentro do modelo econômico aplicado pelo governo Dilma no país, e que é reproduzido pelos governadores estaduais e prefeitos. Não haverá recurso para saúde, educação, moradia, transporte, enquanto metade do orçamento do país for repassado, todos os anos, para bancos e especuladores, através do pagamento da chamada dívida pública. Não haverá futuro para este país enquanto o patrimônio do povo for entregue a preço de banana para as empresas do setor privado através das privatizações. Não haverá recursos para valorizar o servidor e melhorar a qualidade do serviço público enquanto a prioridade dos governos for repassar recursos públicos para as grandes empresas, através de incentivos e isenções fiscais.

Um programa para mudar o país e atender as necessidades dos trabalhadores

20 – Assim, partindo das reivindicações unitárias definidas pelas centrais, e das reivindicações concretas de cada uma de nossas categorias, como aumento



dos salários, congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas, tarifa zero para o transporte público, contra a precarização do trabalho, pagamento do piso nacional aos professores e piso salarial aos demais trabalhadores em educação das escolas públicas, destinação de 10% do PIB para a educação pública já e de 6% do PIB para a saúde pública, reforma agrária, etc., etc., precisamos levantar bandeiras que expressem a necessidade de uma inversão completa do modelo econômico vigente. Levantamos aqui algumas delas:

- **Não pagamento da dívida externa e interna aos banqueiros e grandes especuladores.** Esta dívida é ilegítima, e estes recursos devem ser aplicados na educação, saúde, moradia, transporte público, reforma agrária, etc.
- **Fim das privatizações das empresas estatais e do serviço público; e reestatização do que já foi entregue ao setor privado.** É preciso acabar com os leilões das reservas de petróleo, retomar o que já foi entregue, Petrobras 100% estatal, revogação da EBSEH, da privatização da aposentadoria dos servidores, arquivamento do PL 092, fim das PPPs no transporte e nas estradas e das privatizações dos aeroportos.
- **Chega de dinheiro para as empresas, queremos mais recursos para as aposentadorias, o serviço público e para a valorização do servidor público.** Aqui inclui-se as obras faraônicas construídas apenas para beneficiar empreiteiras e privilegiados, com o dinheiro gasto com a COPA, as isenções e incentivos fiscais, etc.
- **Congelamento do preço dos alimentos e tarifas públicas e aumento geral dos salários.** Como forma de combate à carestia, à inflação e o endividamento das famílias.

21 - Levantamos estas quatro bandeiras porque achamos que atacam o centro do problema, um modelo econômico voltado para favorecer as grandes empresas, nacionais e transnacionais em detrimento das necessidades do povo. Derrotar este modelo e impor outra forma de organizar a aplicação dos recursos do país, beneficiando aqueles que vivem do seu trabalho precisa ser o



objetivo dessa jornada que está se iniciando agora, caso contrário, vai ficar tudo como estava antes.

22 - E é no bojo desta luta que os trabalhadores devem gestar suas alternativas políticas e de governo para o país. Uma alternativa que se contraponha tanto ao bloco político capitaneado pelo PT que hoje governa o país, e também ao bloco político capitaneado pelo PSDB que representa a direita tradicional do país. É neste processo que precisamos afirmar uma alternativa dos trabalhadores, classista e socialista para governar o país, para aplicar um programa econômico que atenda os interesses dos trabalhadores e do povo pobre, e não dos ricos e poderosos.

A necessidade da greve geral

23 - Sendo esta a envergadura da luta que temos pela frente, fica claro que as mobilizações não podem se esgotar com o protesto do dia 11 de julho. Precisamos ir adiante, reunir mais forças, para podermos forçar as mudanças efetivas que o país precisa e para que haja mudança na vida dos trabalhadores. Vai ser preciso avançar também nas formas e radicalização das lutas para lutarmos pela realização das mudanças que defendemos no modelo econômico atual.

24 - Surge daí a necessidade de colocarmos na pauta do dia a greve geral. Neste momento não podemos definir se é de um dia ou mais, o que sim importa é definir que precisamos dar passos no sentido de construí-la. E isso deve ser feito, em primeiro lugar a partir de apoiar e desenvolver todas as lutas em curso e em preparação, os diversos protestos que tem acontecido em todo o país. **Aqui ganham destaque as campanhas salariais do segundo semestre, que devemos lutar para unificar em todos os aspectos em que for possível.** Mas também vai exigir uma preparação, uma organização, que precisaremos dar conta de construir.

25 - A CSP-Conlutas sozinha não terá condição de garantir a realização de uma greve geral no país. Precisaremos desafiar as demais centrais a construí-la conosco. Mas, para não depender apenas desta hipótese, temos de pensar em iniciativas que possam agrupar todos os setores que estão na luta neste



momento e que tem disposição de enfrentar o governo, para avançarmos no sentido deste objetivo.

26 - Esta é a tarefa central que se desdobra depois do dia 11: levantar um programa que exija dos governos a mudança de fundo no modelo econômico atual e construir um processo de mobilização que reúna força suficiente para impor essa exigência. No curso desta luta deveremos debater com a nossa classe os passos necessários para a construção de uma alternativa política contra as várias que aí estão e que defendem os interesses da burguesia.

A visibilidade da Central nas manifestações

27 - Toda nossa militância, organizações e sindicatos devem dar um peso importante á preparação e organização de nossos materiais, bandeiras, faixas, adesivos, balões e todo o tipo de instrumento possível pra garantir a visibilidade de nossa organização. Pelo grau de disputa e contradição dos setores governistas vê-se que esse não é um elemento menor, inclusive para afirmação e referencia de uma alternativa de direção.

Resolução sobre a proposta de plebiscito da Dilma

Primeiro o governo Dilma reagiu às mobilizações com uma forte repressão, antes da Copa, tentando aplastar o movimento. Depois foi obrigado a mudar, acenar com concessões, uma política de diálogo e a proposta de plebiscito. O plebiscito é, na verdade, uma tentativa de manobra contra as mobilizações. Dilma tenta se aproveitar do descontentamento das massas com todas as instituições para propor uma “reforma política” e que o “povo deve decidir” pelo plebiscito. Dilma quer usar o desprestígio atual dos partidos para reforçar o peso dos partidos majoritários, tão repudiados pela massa, e para desviar a luta dos trabalhadores de suas reivindicações concretas.

Como sinalizamos acima, essa proposta naufragou já na base de apoio do governo, mas, mesmo assim, passou a ser o centro da política das direções da CUT, UNE e do MST, o que vai de encontro ao necessário objetivo do dia 11 de julho que, desde a pauta mínima unitária, é de exigência e enfrentamento com o governo. Segue existindo, portanto, uma disputa sobre o caráter do dia 11 e nossa Central deve intervir com força nessa batalha.



E é preciso questionar a seriedade (que sabemos não existir) da intenção do governo de promover mudanças no sistema político através do plebiscito que está propondo. Precisamos responder que, se é para mudar mesmo, as perguntas precisam ser as seguintes: os salários dos deputados devem ou não ser iguais ao de um professor?; O senado deve acabar?; Deve haver revogabilidade dos mandatos? Os corruptos e corruptores devem ser presos e seus bens confiscados? Devemos agregar a necessidade de que o povo decida sobre a reestatização das empresas privatizadas, e o pagamento ou não da dívida aos banqueiros.

Resolução: Um Chamado à Solidariedade Internacional

As mobilizações da juventude e da classe trabalhadora brasileira, que estão em curso, são parte indissociável das lutas dos trabalhadores e jovens que também se verificam no norte da África e Oriente Médio, na Europa e em outras regiões do planeta. São expressões da resistência dos explorados e oprimidos de todo o mundo contra as mazelas que o capitalismo impõe a todos e todas que vivem do trabalho.

Nossa luta é a mesma, no Brasil, no norte da África e Oriente Médio, na Europa, em todo o mundo. Assim como os inimigos e obstáculos que teremos de superar e derrotar, em todas as partes, são os mesmos: o imperialismo, os grandes grupos capitalistas que controlam o planeta e os governos que os representam. É com esta compreensão que a CSP-Conlutas sempre esteve e estará solidária às lutas dos trabalhadores e jovens que acontecem em todo o mundo.

É com esta mesma compreensão que fazemos um chamado às organizações irmãs em todo o mundo, a todas as organizações dos trabalhadores e jovens para que, neste dia 11 de julho – dia nacional de greves, paralisações e manifestações de rua, no Brasil – promovam as atividades que estiverem ao seu alcance, em apoio e solidariedade à luta da classe trabalhadora e da juventude brasileira.

Viva o internacionalismo proletário!



Viva a unidade internacional da classe trabalhadora!

Abaixo a exploração e opressão capitalista!

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

Diante do debate realizado em nossa central sindical o ANDES-SN reforça a convocação para que as seções sindicais fortaleçam as ações do dia 11 de julho como Dia Nacional de Lutas (mobilizações, paralisações e greves). A ADUFERPE deve se empenhar em garantir a participação da categoria docente nas atividades deste dia, atuando em parceria com o SINTUFEPE-UFRPE e o DCE-UFRPE.

Oportunamente a discussão sobre o Encontro Nacional de Educação deve ser pauta no Grupo de Trabalho sobre Política Educacional, para que possamos avançar na preparação visando a participação qualificada neste evento, bem como a internalização destas discussões, formulando e debatendo questões como o PNE, a expansão do ensino superior, a precariedade do trabalho docente, o produtivismo acadêmico, dentre outras, no âmbito da ADUFERPE.

Por fim, destacar a importância do envolvimento da ADUFERPE na comissão da verdade da UFRPE, de forma articulada com o DCE-UFRPE e SINTUFEPE-UFRPE, encaminhando assim uma deliberação do ANDES-SN, aprovada em seu 32º Congresso (Rio de Janeiro- 2012).

Recife, 19 de julho de 2013.

Hélio Cabral

José Nunes